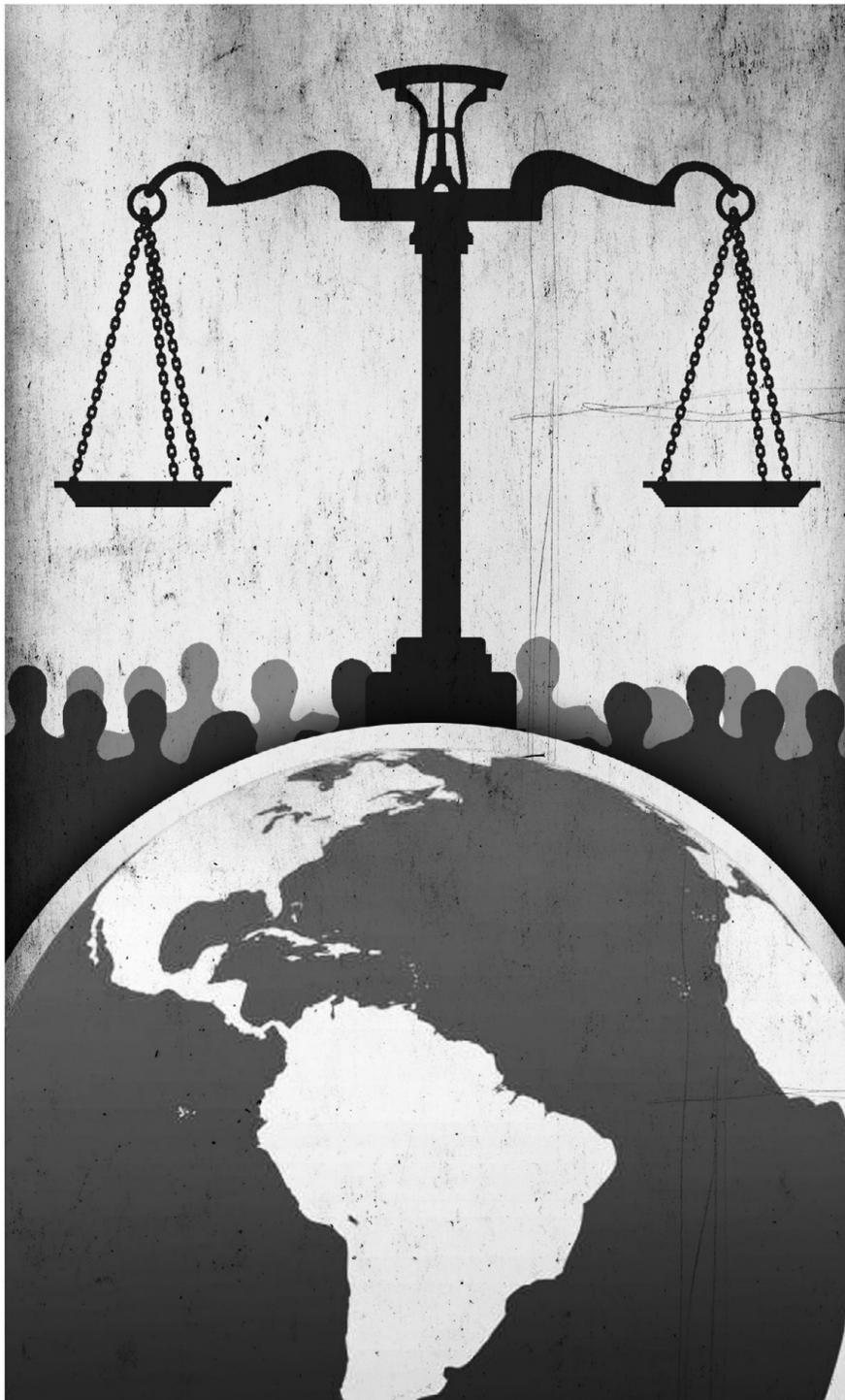


O Brasil e o direito internacional

» JORGE FONTOURA
Professor e advogado



Em outono particularmente triste para a cultura jurídica brasileira, familiares, colegas e tantos ex-alunos de Antônio Augusto Cançado Trindade estiveram no Campo da Esperança para seu sepultamento. Falecido no primeiro dia do mês em curso, perdemos o ilustre jurista mineiro, em pleno exercício de incomum segundo mandato na Corte Internacional de Justiça. Reconhecido e admirado em países e continentes, com percurso destacado tanto em tribunais internacionais como em seu magistério, incansável autor, publicou obras e artigos de grande repercussão. Na justiça internacional, com a distinção de ser juiz diferente e “referente”, proferiu sentenças inovadoras, cheias de humanismo e de senso de justiça, ainda que a confrontar certezas clássicas do direito internacional público. Polemista e versado debatedor, deixará registro indelével, meticuloso e sem descurar do estudo para a produção de vasta obra, na construção de embasamento teórico determinado e inovador.

O direito internacional é peculiar: se formal por um lado como direito escrito, em que versado em tratados, por outro é informal e difuso, quando assente em normas não escritas, com fundamentos em costumes internacionais. Dessa maneira, como disciplina em constante construção, sempre imperfeito e por fazer, o direito internacional foi espaço por excelência às inquietações doutrinárias e ao heurismo virtuoso de Cançado Trindade. Da mesma forma, também espaço privilegiado para o um sem número de internacionalistas brasileiros, a consagrar muitos de nossos conacionais, célebres no tempo e no espaço, desde Ruy Barbosa e Clóvis Beviláqua. Mas não apenas os dois próceres, tão citados em nossas escolas. De fato, são tantos outros grandes nomes, não rara vez mais conhecidos fora de nosso país, o que é injustificável. São exemplos disso o primeiro presidente da OAB nacional, Levi Carneiro, ainda nos anos de 1930 e, em seguida, Raul Fernandes, outro presidente luminar da Ordem dos Advogados. Com seu nome associado à famosa cláusula que ajudou a criar, sua iniciativa permitiu o reconhecimento de tribunais internacionais como hoje concebidos, no contexto histórico da criação da Organização das Nações Unidas e de seus tribunais.

Ao contrário de importantes países, muitos dos quais basilares em nossa formação jurídica, mas que nunca tiveram juízes na Corte Internacional de Justiça, o Brasil teve sete de seus juristas de primeira grandeza a compor a mais alta corte do direito. Tanto na primeira forma, no período entreguerras, como no contexto da criação das Nações Unidas, no Palácio da Paz, o Vredespaleis, na capital política dos Países Baixos.

Apenas provenientes da Universidade Federal de Minas Gerais, por sua Faculdade de Direito, a “vetusta Casa de Afonso Penna”, foram três juízes prodigiosos: além de Cançado Trindade, também José Sette Câmara, no período de 1979 a 1988, e José Francisco Rezek, no período de 1997 a 2006. Em outros fóruns internacionais importantes, da

mesma forma pontificaram juristas brasileiros que muito nos promovem, como no órgão de apelação da Organização Mundial do Comércio, em Genebra, e no Tribunal do Direito do Mar, em Hamburgo, com os ofícios de professores eméritos das Arcadas, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, respectivamente Luiz Olavo Batista e Vicente Marotta Rangel.

No prestígio internacional de um país, entre tantos fatores que compõe o seu grau de desenvolvimento e seu acervo de soft power, também está incluída a forma com que promove o estudo, o

culto e a boa prática do direito internacional. Nesse quesito, o Brasil possui larga tradição, com serviços prestados à causa da manutenção da paz, da segurança coletiva e da solução pacífica de controvérsias, a par da relevante produção doutrinária de sua academia, da esmerada preparação de seus quadros diplomáticos, sem nunca esquecer da atuação de brasileiros a compor tribunais internacionais. Que a vida e a obra de Antônio Augusto Cançado Trindade possam, pelo dignificante exemplo, perpetuar-se no despertar de outras tantas vocações.

Senta-se à beira do caminho quem jamais se sentou à mesa

» CINTIA NEVES GODOI
Doutora em geografia

» SANDRO LUIZ BAZZANELLA
Doutor em ciências humanas

Os processos históricos de construção da sociedade, da economia em suas prerrogativas locais, regionais, nacionais e até em escala global bem como da democracia, dos Estados-nações, se apresentam como processos não naturais, resultantes da ação humana. No entanto, as disputas de poder parecem permear essas relações em grandes escalas, como também em escalas individuais e de pequenos grupos. Nessa direção, é preciso considerar o filósofo francês Michel Foucault (1924-19984), pois o poder não reside na pessoa do governante, ou das instituições, é resultante de relações de poder que se estabelecem, se ramificam, transitam entre indivíduos, grupos sociais, instituições.

O que estamos vivenciando hoje, os altíssimos preços de alimentos e de todos os bens materiais necessários para a manutenção da vida cotidiana dos milhões de brasileiros trabalhadores, desempregados, subempregados, aposentados, de toda e qualquer forma milhões de seres humanos submetidos à dinâmica de exploração do seu trabalho e de expropriação de sua renda socialmente produzida não tem causas naturais.

A guerra da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) contra a Rússia, em território ucraniano, envolvendo povos e lideranças de ambos os países é uma das guerras, um dos conflitos em vigor, envolvendo nações ricas, numa disputa pela manutenção da liderança geopolítica mundial, com reflexos diretos em diversos países. Nesse contexto, nossas dores cotidianas têm a ver com alternância de poder geopolítico em suas pretensões hegemônicas em fase quente, em fase de conflito, de guerra, de morte.

Mas nossas dores cotidianas têm também, em grande medida, a ver com nossa posição política ante a nossa própria sociedade, o jogo com Estados-nações hegemônicos e diretamente frente a nossa posição em relação ao poder econômico-financeiro global.

Os ventos do norte não movem moinhos. Neste texto e contexto, estamos a ponto de não conseguir fazer uma compra de alimentos semanal sem sofrer com o valor que alcançará. Boa parte talvez nem isso mais consiga fazer. A agressividade do regime de acumulação de capital alcança tal condição de que fazemos piadas entre nós sobre o preço da cenoura, para tentar esconder o receio de chegar ao final do mês sem dinheiro. Ao ponto de olharmos ansiosos no calendário para contar quantos dias temos até o final do mês, fazendo contas, para ver se o dinheiro de que dispomos será o suficiente até o próximo vencimento.

Ocorre que o trabalho executado aqui, por nós, é o mesmo executado por pessoas em países mais ricos, por exemplo. Por que passamos por isso? Todos os meses? Por que não voltamos a viver como há 10 anos? Ainda está fresco em nossa memória que nem sempre foi assim. Que há 10, 20 anos estávamos conseguindo mais, consumir mais e acessar um mundo de condições minimamente dignas de vida, em viagens mesmo que para visitar parentes e amigos nas cidades, ou estados vizinhos, em acesso à educação, cursos, em encontros, em três refeições ao longo do dia para a maioria da população, e pensamos que seria possível. O voo do Brasil sexta potência. Nós nos sentamos à mesa? Ouvimos que tínhamos “o cara” como presidente.

Golpes, alternâncias de grupos no poder não deveriam ser assim tão destrutivos com as possibilidades de vida da população brasileira, onde estão as instituições? As instituições apresentadas pela modernidade, portanto, parecem dar conta da segurança cotidiana de garantir massas em marcha, organizadas, mas não parecem dar conta da segurança de vida à sociedade, às mais de 660 mil vidas perdidas no Brasil em função da pandemia. Como foi conduzido o processo de cuidar da sociedade na pandemia, ou como não foi conduzido? Questionar isso expõe que o braço forte, mão amiga, garantiu nossa subserviência, mas não vida.

Por isso, fica difícil pensar que a sexta potência era um voo, talvez um salto, “um salto no futuro, um disparo para o coraçao”. Nessa linguagem de músicas de jovens adultos, pessoas velhas, coisas que não se cantam mais, tentamos nos fazer entender, compartilhar inseguranças e indignação, pois precisamos acabar logo com isso, precisamos nos lembrar que existimos. Nós existimos! Nós existimos!

ESG na gestão pública

» FABIANO HORTA
Prefeito de Maricá

As urgências que o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da Organização das Nações Unidas (ONU), alertou, no início de 2022, foram amplificadas pela guerra da Rússia contra a Ucrânia, que cruelmente se estende. O documento avisa que, somente acelerando os cortes nas emissões de gases de efeito estufa, será possível evitar piora nas já muito graves consequências para o clima no planeta.

O conflito evidenciou um mundo com interdependências de gás, fertilizantes, de produção agrícola, sem que haja um plano B em casos de interrupção de fornecimento. Esse cenário está nos submetendo ao uso prolongado da energia do carvão, danosa ao meio ambiente, em nome da garantia de segurança energética. O planeta revirou-se na busca de novos relacionamentos comerciais, que não tornem os países sujeitos a apenas um fornecedor. Vimos a alta dependência e o impasse, a partir da guerra, das importações pelo Brasil dos fertilizantes russos.

Enquanto segue insano, o conflito ceifa vidas no presente e atrasa iniciativas para salvar mais vidas

em um futuro com menos emissão de gás-estufa. Apresenta-se como essencial que os governos se dediquem ao planejamento do futuro com mais opções para o suprimento de necessidades.

Em nossa cidade, Maricá, na região metropolitana do Rio de Janeiro, estamos empenhados nos exercícios de planejar e construir o futuro. Recebemos a maior fatia de receita de royalties do petróleo entre todas as prefeituras do país. Mas o petróleo um dia vai acabar, além de não pertencer à matriz energética limpa. Após estudos e parcerias com universidades, decidimos usar o dinheiro de agora para sedimentar a Maricá do amanhã com iniciativas atuais e reais, voltadas à prática ESG (Environmental Social and Governance, sigla em inglês), que preza o ambiente, o social e a governança.

Criamos em 2018 um fundo soberano municipal, como uma poupança mensal com estimativa de alcançar R\$ 2 bilhões em 2024; praticamos agricultura urbana em praça pública, plantando a segurança alimentar, com colheita gratuita pela população; iniciamos testes do piloto de ônibus híbrido, movido a eletricidade e

hidrogênio ou a etanol, para renovação da frota municipal; aprovamos uma política de hidrogênio para estimular o uso da energia limpa e renovável e atrair a instalação de indústrias com incentivos fiscais; criamos um regime diferenciado de tributação local para iniciativas de proteção ambiental, com moedas verdes (criptomoedas sustentáveis); exercitamos uma política de reflorestamento, com plantio e doação de mudas na cidade; e, antes disso tudo, em 2013, criamos a nossa moeda social local (Mumbuca) para transferir renda a quem mais precisa de forma permanente.

Alguns, desconfiados, dirão que a cidade só desenvolve tais ações porque tem o dinheiro dos royalties. Pois antes de receber essa receita, Maricá começou com o S (social) do ESG, a partir da transferência de renda à população e, com governança, tratou de dar à cidade praiana e de belíssimo relevo montanhoso a experiência de respirar melhor com práticas sustentáveis. A grande questão para as gestões é que o difícil pode ser simples, nem sempre o que é difícil é complicado ou até impossível. Precisa é querer fazer.